



Após a ocupação, a razia: implantação e resistência no Projeto Integrado de Colonização Papucaia/RJ (1964-1970)

Ricardo Braga Brito¹

Resumo: Este artigo analisa a dinâmica de conflito e controle estabelecida entre o Instituto Brasileiro de Reforma Agrária (Ibra) e a população camponesa das regiões alvo do Projeto Integrado de Colonização (PIC) Papucaia, no município de Cachoeiras de Macacu/RJ, nos primeiros anos da ditadura empresarial-militar. Com base na análise interpretativa de jornais, documentos e entrevistas, reconstituiu-se a implantação do PIC, entendendo os mecanismos estatais associados à política de colonização e as relações entre os agentes dessa política e os camponeses, sinalizando para suas formas cotidianas de resistência.

Palavras-chave: Colonização; Reforma Agrária; Formas Cotidianas de Resistência; Ditadura Empresarial-Militar; Instituto Brasileiro de Reforma Agrária.

After the occupation, the raid: implantation and resistance in the Projeto Integrado de Colonização Papucaia/RJ (1964-1970)

Abstract: *This paper analyzes the dynamics of conflict and control between the Brazilian Institute of Agrarian Reform (Ibra) and the peasant population of the target regions of the Papucaia Integrated Colonization Project (PIC), in the municipality of Cachoeiras de Macacu/RJ, in the first years of the business-military*

1 CPDA/UFRRJ – Rio de Janeiro – Brasil – ricardobraga.brito@gmail.com – <https://orcid.org/0000-0002-0220-7377> – <http://lattes.cnpq.br/2742939826813262>.

dictatorship. Based on the interpretative analysis of newspapers, documents and interviews, the implementation of the PIC was reconstructed, understanding the mechanisms associated with the colonization policy and the conflicts between the agents of this policy and the peasants, pointing for their daily forms or resistance.

Keywords: *Colonization; Agrarian Reform; Daily Forms of Resistance; Business-Military Dictatorship; Brazilian Institute of Agrarian Reform.*

Después de la ocupación, el raid: implantación y resistencia en el Proyecto Integrado de Colonización Papucaia/RJ (1964-1970)

Resumen: Este artículo analiza la dinámica de conflicto y control establecida entre el Instituto Brasileño de Reforma Agraria (Ibra) y la población campesina de las regiones de intervención del Projeto Integrado de Colonização (PIC) de Papucaia, en el municipio de Cachoeiras de Macacu/RJ, en los primeros años de la dictadura empresarial-militar. A partir del análisis interpretativo de periódicos, documentos y entrevistas, se reconstruyó la implementación del PIC, comprendiendo los mecanismos estatales asociados a la política de colonización y las relaciones entre los agentes de esta política y los campesinos, señalando sus formas cotidianas de resistencia.

Palabras clave: Colonización; Reforma agraria; Formas Cotidianas de Resistencia; Dictadura Empresarial-Militar; Instituto Brasileño de Reforma Agraria.

Introdução

O objetivo deste artigo é apreender a implantação da política de colonização da ditadura empresarial-militar em seus primeiros momentos, por meio da atuação do Instituto Brasileiro de Reforma Agrária (Ibra) na região de Papucaia, no município de Cachoeiras de Macacu/RJ. Essa área foi palco de importantes ocupações de terra e de mobilização camponesa no pré-1964 (Brito, 2018). Tanto essa atuação do movimento camponês local quanto a repressão e controle exercidos por agentes do Estado se relacionam com a existência do Núcleo Colonial de Papucaia e sua reconfiguração durante a ditadura.

Esse trabalho pretende dar destaque à repressão e às violações de direitos humanos sofridas por populações camponesas, no estado do Rio de Janeiro, durante o regime ditatorial vivido entre 1964 e 1985, bem como apreender o histórico de ações coletivas e as formas de organização, resistência e mobilização

dessas populações, com destaque para o município pesquisado. Dentre as várias formas de violência pública e privada, insiro aqui as políticas de colonização, acionadas ao longo do tempo em diferentes configurações históricas e sociais em todo o território nacional, mas com forte implantação no estado do Rio de Janeiro desde o Século XIX (Seyferth, 2002; Neves, 2013). De forma mais geral, essa política significa selecionar e fixar famílias em áreas rurais determinadas, sobretudo em terras públicas, a fim de ampliar o povoamento em áreas específicas e/ou ampliar a produção de alimentos para o consumo interno, constituindo novos territórios e atores sociais. Trata-se, portanto, de uma intervenção pontual e não estrutural que frequentemente deslocou populações das áreas mais valorizadas e com mais conflitos por terra.

De 1819, em Nova Friburgo, até o fim da atuação do Ibra, em 1970², o estado do Rio de Janeiro pode ser considerado um laboratório de experiências de colonização, atravessando momentos significativos na constituição de projetos de integração do território nacional e sua população, de integração de mercados de trabalho, de terra e de consumo interno e de controle e transformação de camponeses e trabalhadores rurais (Brito, 2022). Conforme sinalizado por Seyferth (2002), a colônia de Nova Friburgo, criada em 1818 com camponeses suíços, serviu para ampliar a produção de alimentos para o consumo da cidade do Rio de Janeiro, cuja população se expandira com a chegada e instalação da Família Real em 1808. Esse modelo de ocupação e fixação de populações em territórios para a produção de alimentos mediante a organização da pequena produção familiar seria implementado em outros estados e regiões do país, adquirindo também os objetivos de garantir a segurança do território, expandir e consolidar os mercados de trabalho livre, de terra e de consumo, bem como ampliar a ação do Estado e realizar a “civilização” das populações locais por meio da ação estatal e da presença de estrangeiros selecionados. Também nos anos 1930, uma ação de colonização nesse estado precede a *Marcha para Oeste*, realizada nos anos 1940 e 1950 (Neves, 2013). Em 1932, é criado o Núcleo Colonial de Santa Cruz, podendo-se observar os sentidos já sinalizados e realçar o uso da colonização

2 Esse é o ano em que o Ibra e o Instituto Nacional de Desenvolvimento Agrícola (Inda) são desativados e substituídos pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA). A política de colonização foi largamente continuada e expandida após esse período, orientada, sobretudo, para a região da Amazônia Legal. É apenas após as mobilizações organizadas de movimentos sociais camponeses nos anos 1980 que o termo “colonização” deixa de figurar como política oficial do Estado brasileiro, substituído pelo termo “assentamento”. A substituição do termo não implica, contudo, em ruptura com a lógica da política de colonização.

como forma de intervir sobre áreas de conflito e fluxos migratórios, objetivos já presentes também nas ações estatais do Século XIX.

Apesar do recorte temporal do artigo se situar nos primeiros anos da ditadura, entre 1964 e 1970, é imprescindível reconstituir o processo de formação do Núcleo Colonial de Papucaia nos anos 1950 e apreender o conjunto de lutas pela terra e formas de organização empreendidas por grupos camponeses locais entre 1959 e 1964. Esse período pré-golpe foi marcado, no estado do Rio de Janeiro, por conflitos e formas de ação coletiva que indicam uma dinâmica de mobilização social que será combatida pela ditadura em seus primeiros anos, permitindo identificar o foco dado pelo Ibra à região de Papucaia e a presença de uma cultura política de resistência entre os camponeses (Brito, 2018; Medeiros, 2018).

Apesar da violência empreendida pelo Estado e por grandes proprietários da região, podem ser identificadas formas de resistência cotidiana. Conforme trabalhado por Scott (1990, 2002), em situações sociais marcadas pela dificuldade e pelo impedimento da organização social dos subalternos, é possível observar em suas práticas e discursos formas ocultas e cotidianas de resistência, indicando comportamentos e valores compartilhados que buscam mitigar as formas de exploração do trabalho, expropriação da terra e dominação. Piadas, histórias, encontros em locais ocultos, sabotagem, “corpo mole”, entre outras são ações não organizadas de resistência, frequentemente anônimas e que, em determinados casos empíricos, podem indicar um conjunto de práticas e indignações coletivas que são compartilhadas e que, em momentos de maior organização e abertura política, podem se tornar elementos articuladores de ações coletivas públicas. Essa chave teórica permite olhar para as formas dispersas de organização, reivindicação e resistência entre camponeses durante a ditadura (Medeiros, 2014; Brito, 2021).

As reflexões contidas nesse texto têm como base notícias de jornais e documentos públicos analisados segundo o método indiciário e interpretativo de Ginzburg (1989) e a análise compreensiva de entrevistas (Bourdieu, 2008) realizadas tanto por mim quanto por outros pesquisadores. A metodologia interpretativa busca apreender indícios das práticas, enquadramentos interpretativos, motivações e expectativas de agentes sociais diversos, vinculando-os a contextos mais amplos e permitindo o diálogo de múltiplas escalas de análise. Com base nas questões de pesquisa estabelecidas e do enquadramento teórico utilizado, essa análise permite integrar esses materiais empíricos diversos de modo a reconstruir a implantação do Projeto Integrado de Colonização (PIC) Papucaia em uma região historicamente marcada pela organização e mobilização de populações camponesas. Desse modo, a política de colonização é apreendida

como mecanismo estatal de controle do território e de populações potencialmente insubmissas e como elemento conformador das experiências de organização e de articulação de desejos e imaginários do campesinato brasileiro. O artigo sinaliza a atuação de agentes do Estado na implantação dessa política, bem como as possíveis estratégias de resistência e de confronto mobilizadas por camponeses em momentos de repressão e conformação das possibilidades de organização. Essa compreensão permite entender como e por que a política de colonização foi central para a intervenção do Estado em áreas rurais marcadas pelo conflito, tornando-se uma alternativa à implantação efetiva da reforma agrária estabelecida pelo regime militar.

A política de colonização em Cachoeiras de Macacu

Em Cachoeiras de Macacu, a política de colonização se fez presente com a formação do Núcleo Colonial de Papucaia. Criado em 1951, no segundo governo de Getúlio Vargas, o Núcleo fixou populações estrangeiras, como alemães, italianos e japoneses, e nacionais oriundas do próprio município e de outros estados, como Espírito Santo, Minas Gerais, Maranhão, entre outros (Brito, 2018). Esse Núcleo se insere em alguns dos sentidos principais da colonização no período³, orientado para constituir um “cinturão verde” para abastecimento da população urbana do estado, sobretudo da então capital federal. Além da produção de alimentos, a colonização também atuaria na constituição de um campesinato organizado e identificado pela pequena propriedade privada e de técnicas “racionais” e “modernas” de produção agrícola e gestão do patrimônio.

A transformação da população rural nessa região implicava em desfazer modalidades de ocupação e uso da terra e formas de trabalho específicas de uma população composta historicamente por brancos pobres, negros alforriados, indígenas e mestiços que ocupavam pequenas faixas de terra nas quais produziam para o próprio sustento e venda nos mercados locais (Carneiro et al., 2012). Essas características permaneceram sob a relação de parceria, marcada pelo contínuo deslocamento populacional que acompanhava áreas disponíveis para a pequena produção em meio às crises da grande produção no estado. Essas relações se caracterizavam, ainda, pelo controle e limitação das possibilidades de

3 Segundo Santos (1995), entre 1945 e 1964, foram criados 85 programas de colonização, sendo 53 oficiais, abrangendo 14 mil famílias e quase dois milhões de hectares, e 32 particulares, contabilizando mais de três mil famílias em 731 mil hectares. Ainda segundo esse autor, no Centro-Oeste, foram instalados 25 programas, além de 3 no Norte, 26 no Nordeste, 15 no Sul e 16 no Sudeste. Os sentidos da colonização enquanto mecanismo de controle populacional e territorial serão expostos ao longo do artigo. Para uma discussão histórica, ver Brito (2022).

produção e de autonomia dos parceiros pelos grandes proprietários, diminuindo seus rendimentos e intensificando a exploração do trabalho familiar, sobretudo em formas de trabalho assalariado como meio de complementar a renda.

Ao longo do Século XX, no estado do Rio de Janeiro, e também no município de Cachoeiras de Macacu, pode ser identificada uma série de situações e processos marcados pela expropriação de populações rurais e rompimento com relações tradicionais de trabalho e dominação, expectativas coletivas e concepções de direito à terra, tais como: a decadência da cafeicultura e da citricultura, as sucessivas mudanças no cultivo da cana, a formação de núcleos agrícolas, as tensões sociais, o aumento populacional, a urbanização, a especulação da terra e o avanço do turismo, sendo este mais proeminente nos anos 1970 (Medeiros, 2018). A presença de interesses especulativos e das formas de produção com monocultura ou criação intensiva de gado já eram sinalizadas em Cachoeiras de Macacu nos anos 1940. Porém, elas se intensificaram na experiência contínua do despejo dessas populações, tomado pelos lavradores e suas organizações como o principal problema existente entre 1950 e 1960 no campo fluminense, sobretudo na região da Baixada, em que se insere o município aqui analisado (Grynszpan, 1987).

Conforme a reportagem *Da colonização racional e intensa da Baixada Fluminense, resultarão grandes benefícios para o abastecimento da Capital Federal*,⁴ Papucaia e outras terras “fertilíssimas para todas as culturas” aguardavam apenas “pelo braço do homem, pelo manejo das máquinas agrárias (*sic*), a fim de entrarem em franca produção”. A reportagem, que aparenta ser uma publicação oficial do Estado, contrapõe a imagem da Baixada como região vazia e mal explorada, ignorando a presença de pequenos produtores, com uma pretensa imagem anterior⁵ de esplendor produtivo do período Imperial, indicando seu potencial para voltar a ser o “celeiro abastecedor dessa grande metrópole”. Conforme a reportagem, a associação com o período imperial e suas “grandes vendas coloniais” coloca a “colonização racional e intensa” como capaz de fazer voltar a “época de abundância”, de um “passado farto e fecundo”, reduzir o custo de vida e “atender ao que os mercados reclamam”.

A *imagem imperial* atribuída na reportagem à política de colonização *racional e intensa* do Século XX sinaliza para o próprio enquadramento estatal dado

4 *Gazeta de Notícias*, 07 ago. 1946, p. 5.

5 Grynszpan (1987) apontou que a imagem da decadência está relacionada às crises das grandes propriedades e do trabalho escravo e o deslocamento da produção cafeeira. Contudo, segundo o autor, essa imagem ignora a permanência e o crescimento das pequenas produções de lavradores que se estabeleceram nessas terras.

à questão agrária, marcado pela tradição autoritária e positivista. Essa tradição atribui ao Estado a capacidade e o dever de intervir sobre a população e o território a fim de realizar sua integração orgânica e consolidar a nacionalidade, dado que a população seria incapaz e imatura para tanto (Lamounier, 2008; Carvalho, 1990; Souza Lima, 1995). A questão agrária pode ser entendida com base na disputa entre atores sociais coletivos acerca da interpretação de problemas relacionados ao uso, posse e propriedade da terra e às formas de exploração, realização e valorização do trabalho. Além dos enquadramentos sobre o que é a “questão” agrária, também é preciso apreender as disputas pelas soluções a serem dadas. O quadro interpretativo dessa tradição sobre a questão agrária a ser solucionada é fundamentado na manutenção da grande propriedade, a ser modernizada com técnicas racionais de produção agrícola e uso de maquinário, fertilizantes e agrotóxicos a fim de aumentar a produtividade. É ainda significativo o contínuo uso da colonização como mecanismo de resolução não estrutural da desigualdade na estrutura fundiária e produtiva.

A característica autocrática do Estado brasileiro (Fernandes, 2020) é marcada, portanto, pela intervenção prévia nas formas de organização e mobilização das classes trabalhadoras, buscando dar forma e conteúdo às manifestações, desejos e formas de interação e atuação dessas classes. É possível observar em Papucaia diferentes formas de controle da organização interna, da produção e da sociabilidade dos colonos, desde a imposição da criação de cooperativas e de planejamentos detalhados de produção até as formas de assistência técnica, creditícia, educacional e sanitária. Conforme reportagem de 1952, o Núcleo Colonial de Papucaia fazia parte de um “plano revolucionário de ajuda à pequena lavoura”⁶, elaborado pela Divisão de Terras e Colonização⁷ e que incluía outros núcleos do Estado. O plano consistia em educar os lavradores e suas famílias. Com isso, os núcleos adquiriam um caráter formativo e pedagógico: eles atuavam como escolas nas quais as famílias dos lavradores aprenderiam a se tornar pequenos proprietários aptos ao trabalho da lavoura e com recursos financeiros. A adaptação do lavrador nesse processo era fundamental, pois, caso contrário, conforme a reportagem, “todo aquele que demonstrar ser inadaptável aos trabalhos da lavoura, será afastado do núcleo e encaminhado para o exercício de outras profissões”. Esse caráter pedagógico é um elemento central do poder tutelar praticado por agentes estatais (Souza Lima, 1995), atuando sob a

6 “Terras gratuitas só para lavradores com o curso de colonização”. *O Jornal*, 28 mar. 1952, pp. 6, 8.

7 Criada em 1938, a Divisão de Terras e Colonização do Ministério da Agricultura tinha como objetivo a fixação do lavrador na terra e sua regularização.

interpretação de auxílio e assistência de populações tomadas como incapazes de auto-organização e que precisam ser controladas de várias formas para serem integradas ao território e população nacionais. Desse modo, a própria concepção de nacional se dá pela intervenção no território, pela formatação prévia das formas de organização e de uso da terra e pela inculcação de valores tidos como nacionais⁸.

Há, portanto, uma contradição na política de colonização, na medida em que ela não incide sobre as estruturas fundiária e de poder que configuram a desigualdade de acesso e uso da terra no Brasil. Em Cachoeiras de Macacu, a criação do Núcleo Colonial foi antecedida por obras de saneamento, retificação de rios e construção de estradas nos anos 1930 e 1940, orientadas para dar infraestrutura à produção e diminuir os índices de morte por malária, bastante elevados na região (Brito, 2018). Contudo, essas formas estatais de intervenção abriram espaço para dinâmicas de valorização e loteamento da terra, impulsionadas também pelas titulações e incentivo às pequenas produções em áreas próximas a grandes centros comerciais, favorecendo a grilagem de terras públicas e de posseiros. Essa dinâmica recria as condições de conflito. Em Cachoeiras de Macacu, foi imprescindível a percepção de atores sociais que identificaram essas situações como socialmente injustas e que, ao reconhecerem as injustiças e desigualdades, não só demandaram a terra como perceberam a si mesmos como os agentes que devem realizar a demanda e a mudança, constituídos em formas de organização e movimentos sociais (Brito, 2021). Essa perspectiva permite apreender não só a política de colonização e seu enquadramento interpretativo que deseja transformar populações tomadas como atrasadas e manipuladas, portanto, objetos de políticas e de intervenção, como também indica que nenhuma objetificação total é possível (Saffioti, 2019), esbarrando em sujeitos que constroem resistências, demandas, aceitações e mudanças.

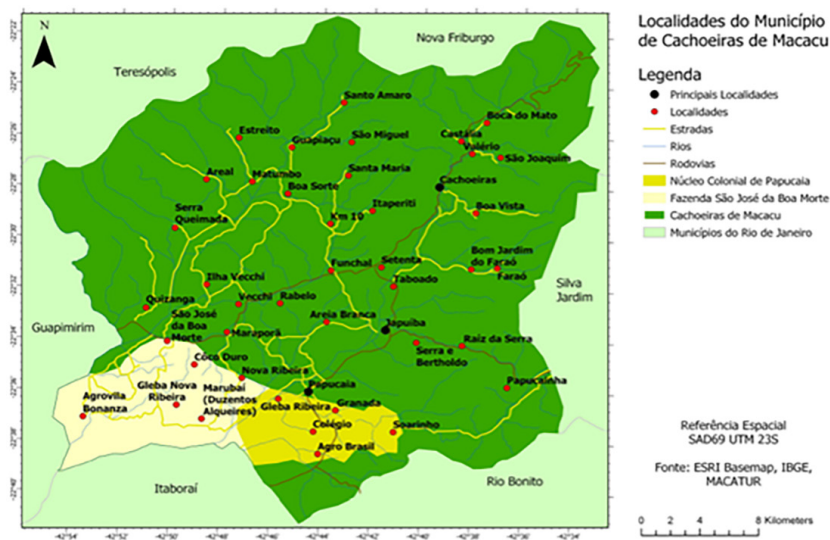
Como dito anteriormente, o município de Cachoeiras de Macacu foi marcado pela organização de movimentos camponeses, conforme indicam a formação de associações de lavradores em 1959 nas localidades de Papucaia e Ribeira⁹, áreas do Núcleo Colonial, e as ocupações da fazenda São José da Boa

8 Também é significativo que o processo de transformação do indígena por funcionários e aparato burocrático próprio atuasse de modo a fazer do indígena um trabalhador rural integrado aos mercados de produção e trabalho (Souza Lima, 1995). Conforme Ferreira (2013), essa integração coloca o indígena em uma posição social subalterna, inserindo-o em novas relações de expropriação e exploração que orientam o processo de desorganização e desqualificação produzidos pelo Estado.

9 Ver as reportagens "Lavradores e Trabalhadores Agrícolas Organizam-se em Todo o Estado do Rio", *Última Hora*, 29 set. 1959, p. 3, e "Associação dos lavradores em Cachoeira", *Última Hora*, 31 dez. 1959, p. 3.

Morte em 1961 e 1963, que levaram à desapropriação dessa fazenda em janeiro de 1964, ainda no governo João Goulart. Em trabalho anterior, pude apontar a relação entre essas duas ocupações com outra, realizada na mesma área em 1979 e 1980¹⁰, indicando a constituição de um enquadramento de ação coletiva e uma cultura política de resistência que fundamentou na memória daqueles camponeses o desejo de tornar a terra livre de grileiros e viabilizar sua reprodução em terras que reivindicavam como suas (Brito, 2021). Conforme indicado no Mapa 1, podemos ver que o Núcleo Colonial de Papucaia e a fazenda São José da Boa Morte eram limítrofes, e essa proximidade resultou na valorização das terras próximas ao Núcleo. A fim de se beneficiar dessa valorização, proprietários de áreas do entorno, sobretudo os donos da São José, empreenderam práticas de despejo e de grilagem de terras públicas, principalmente na região localmente conhecida como Duzentos Alqueires.

Mapa 1. Localidades do município de Cachoeiras de Macacu



Fonte: Brito (2018: 64).

10 A ocupação de 1979 e 1980 foi organizada por um grupo de camponeses articulados à Comissão Pastoral da Terra (CPT) local e que fazia oposição ao Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Cachoeiras de Macacu. O contexto era de intensificação das expulsões, piora nas condições de reprodução social entre trabalhadores, pequenos produtores e parceiros do PIC Papucaia e denúncias de grilagem, devendo-se apontar que, ao longo dos anos 1960, a desapropriação da Fazenda São José da Boa Morte foi revertida. O trabalho de organização da ocupação e de articulação com diferentes entidades sindicais, pastorais e políticas conquistou uma nova desapropriação da fazenda em 1981, consolidando até hoje um importante assentamento de reforma agrária na região (Brito, 2018; 2021).

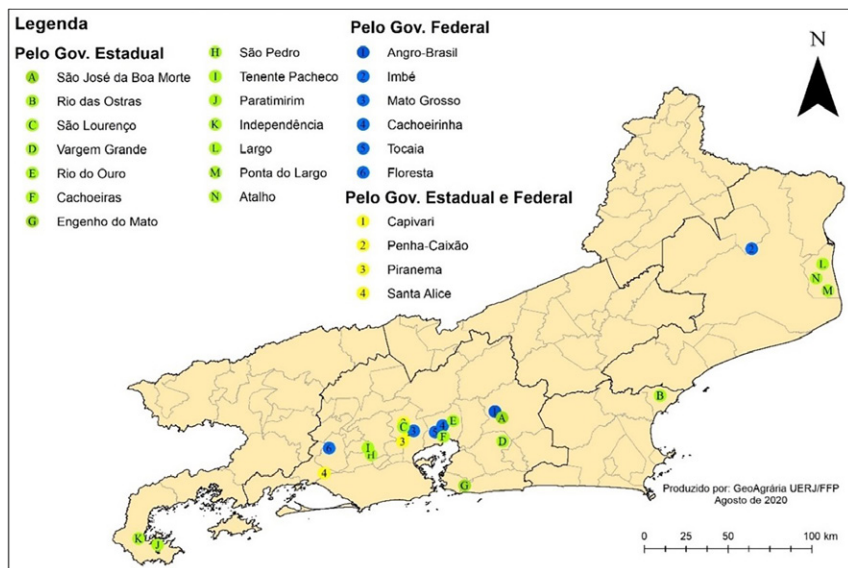
Esse caso permite entender que, como apontado por Medeiros (2014), a violência empreendida pelos mais diversos órgãos públicos da ditadura e por atores privados foi capaz de fragmentar, mas não de extinguir a resistência. De modo geral, as formas de resistência e organização dos camponeses de Cachoeiras de Macacu entre 1959 e 1964 mantiveram presentes as esperanças e os desejos de conquistar a terra, alimentados também pela política de colonização que abria a possibilidade, imaginária ou real, de se fixar e estabilizar na terra. É justamente, mas não apenas, contra as demandas de reforma agrária e participação política do campesinato, que começavam a incidir de forma pública e significativa no governo de João Goulart, que grupos tecnocratas e empresariais militares (Dreifuss, 1981) dão o golpe de 1964 e empreendem uma ditadura de 21 anos.

A razia e o tempo do exército: I Batalhão da Reforma Agrária

É possível ver a repressão nos primeiros dias da ditadura na região. A fazenda São José estava desapropriada e era uma vitória do movimento camponês local, com forte participação do Sindicato de Trabalhadores Rurais (STR) e de camponeses ligados tanto ao Partido Comunista Brasileiro (PCB) quanto ao Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), com o apoio da prefeitura, à época gerida por Ubirajara Muniz (PTB), alinhado às diretrizes do governo Goulart. A intensidade das mobilizações camponesas no estado do Rio de Janeiro pode ser vista nos números e na espacialidade das desapropriações de terra (Mapa 2), que acompanharam as regiões de maior conflito, resistência e mobilização: foram 24 desapropriações iniciadas ou sinalizadas pelos governos estadual e/ou federal. Dessas, apenas 10 seriam inicialmente levadas à frente pela ditadura¹¹. A maioria das desapropriações foi integrada aos Núcleos Coloniais já existentes, sendo Papucaia um importante polo aglutinador, servindo como espaço privilegiado de controle. A ampliação da área destinada à colonização e ao deslocamento de populações de outras áreas para Papucaia caracterizaram a mudança do Núcleo em PIC, indicando a transformação da região em espaço privilegiado de controle populacional e da produção.

11 “Áreas desapropriadas no Estado do Rio de Janeiro. Dados básicos Sumulas dos Relatórios apresentados pelas Comissões Técnicas e conclusões gerais e sugestões para projetos”. dez. 1964/mar. 1965. Arquivo Nacional – Acervo Paulo de Assis Ribeiro (AN/PAR), Caixa 72, Pasta 3.

Mapa 2. Desapropriações no Estado do Rio de Janeiro (1950-1960)



Fonte: Costa et al. (2020: 57). Observação: onde se lê “Angro-Brasil”, o correto é “Agrobrasil”.

Ainda nas primeiras horas do golpe, a cidade de Cachoeiras de Macacu foi cercada por militares que prenderam políticos, camponeses, ferroviários e suas lideranças (Brito, 2018). Nas áreas rurais, a intervenção foi imediata, com Papucaia sendo considerada “Zona Militar pelo Exército”¹² devido às acusações de treinamento de guerrilha associadas à ocupação. Com “a colaboração de policiais do estado e voluntários”, o Exército vasculhava diuturnamente “as matas e os casebres dos lavradores no afã de encontrarem os ex-líderes (...) além de outros políticos considerados comunistas”¹³.

Após o golpe, a fazenda São José sofreu uma ocupação pelo Exército que durou alguns meses, atuando de forma a promover uma *razia*, conforme reportagem da época¹⁴. O termo sinaliza um processo de ocupação e retomada de território que se assemelha às formas de conquista e colonização realizadas por forças militares capazes de reestabelecer o controle político das áreas e populações envolvidas (Souza Lima, 1995). Conforme analisado por Elias (1993), o Estado se forma por meio de processos contínuos de monopolização do território, da violência legítima, da cobrança e uso dos tributos e formação de um corpo específico de funcionários.

12 “Aparecem as armas da conspiração”. *Jornal do Brasil*, 07 abr. 1964, p. 1.

13 “Exército interdita terras em Cachoeiras”. *Diário Carioca*, 14 abr. 1964, p. 9.

14 “Revelada a verdadeira missão da SUPRA: Agitar, financiando o PC”. *Diário do Paraná*, 09 abr. 1964, p. 2, 1º caderno.

Desse modo, a *razia* indica a percepção de uma região em disputa, sobre a qual o Exército e, de modo geral, o Estado deveriam incidir para expurgar a influência comunista que ameaçava a integridade nacional. Associado à indicação de uma Zona Militar em Papucaia que atuará mediante as Ações Cívico-Sociais, a repressão empreendida nos sindicatos e o expurgo de políticos considerados comunistas realizam um verdadeiro processo de conquista marcado pelas relações de tutela, vinculando essas populações ao Estado e ao Exército.

Retomar o controle da região foi tarefa primordial do Exército, a fim de recriar uma “Papucaia boa para reforma”¹⁵. Essa ação foi realizada com inúmeras prisões, relatos de torturas, expulsões de camponeses e suas famílias da região, além de retomada da política de colonização pela criação do Ibra em 1965, fundamentado no Estatuto da Terra. São José da Boa Morte passaria a integrar a área do Núcleo Colonial de Papucaia; juntamente a outros territórios desapropriados pelo Estado, comporia o PIC Papucaia, caracterizando um verdadeiro clima de *recuperação* do território¹⁶. Além das contínuas preocupações com a produção de alimentos, a área foi utilizada para alocar populações camponesas de outras regiões do estado, realizando e direcionando o deslocamento de populações, muitas das quais oriundas de outros núcleos coloniais e áreas de ocupação¹⁷.

Podemos classificar esse período de presença militar contínua como o *tempo do Exército*, momento que se mistura com a atuação do Ibra na região e que está presente em diversos relatos sobre o período, incluindo o de Sílvio¹⁸. Oriundo de Itaperuna, Sílvio se instalou em 1963 em Nova Ribeira, onde trabalhava a meia¹⁹ e cortava lenha. Pouco tempo depois, em 1964, Sílvio conseguiu um

15 “Papucaia boa para reforma”. *Jornal do Brasil*, 01 set. 1964, 1. cad., p. 3.

16 “Recupera-se o Núcleo Colonial de Papucaia: Fim às agitações”. *O Fluminense*, 23 ago. 1964, p. 21.

17 Foi o caso de camponeses que participaram da ocupação do Imbé, em Campos dos Goytacazes (RJ). Realizada em 1963 pela atuação junto a militantes do PCB, e tendo como atuação prévia a ocupação da fazenda do Largo em 1961, a ocupação pressionou e conquistou a desapropriação da área. As populações locais sofreram forte repressão após o golpe; a desapropriação foi desfeita em fins de 1966, sob alegação de ser uma área com fortes alagamentos. Em 1967, uma parte dessas famílias foi transferida para a região de Vecchi, desapropriada em 1966 e integrada ao PIC Papucaia. Sobre esse histórico, ver Neves (2018) e Brito (2022).

18 Devido ao caráter sensível das informações dadas na entrevista, optou-se por substituir o nome desse e de outros entrevistados.

19 A meia é uma relação de trabalho caracterizada por um acordo entre o dono de uma terra, seja ele o proprietário ou o dono de uma posse, e o meeiro, que poderá plantar e produzir desde que destine metade da produção ao dono. Trata-se de uma relação tradicional de trabalho e dominação, marcada pela desigualdade de poder e de acesso aos meios de produção, com baixa autonomia do meeiro. Em Cachoeiras de Macacu, o processo de valorização fundiária e grilagem resultou no rompimento brusco desse tipo de relação, por parte dos proprietários e grileiros, inviabilizando a reprodução social de inúmeros camponeses que, expulsos dessas áreas, ingressavam em outras relações precárias de trabalho e produção ou migravam para diferentes regiões rurais e urbanas.

lote em Ribeira, no Núcleo Colonial, possivelmente após a desapropriação da São José. A conquista do lote, contudo, também é marcada pela lembrança de que, pouco depois, o “Exército entrou, tirou todo mundo”. O *tempo do Exército* é lembrado e identificado por ele como o momento anterior ao INCRA e marcado pela violência: “o Exército botava fogo, casa com tudo, casa era de sapé, eles chegavam com o cara dentro riscava fósforo e queimavam, botava fogo”. Junto à destruição das casas, Sílvio também narrou episódios de queima de lenha, nos quais o Ibra teria incentivado os lavradores a cortar e separar a lenha, afirmando que ajudariam na venda da madeira e do carvão:

[Um] cara apanhou um terreno aqui, era um terreno, uma capoeirazinha, tinham derrubado e feito carvão. Mas aquelas toras grossas [...]. [Ele] passou, pegou o terreno, rachou aquelas madeira tudo, tudo metro, fez uma estância de lenha, cento e tantos metros de lenha, tudo rachadinho, muito bonito. E fez uma lavoura de abacaxi que fazia dó, muito bonito. Aí o Exército veio e botou fogo. Eu fiquei três dias no claro aqui. Três noites com fogo queimando. Eles fazia[m] covardia mesmo. Aqui no Topo da Braúna, era um escuro, mas gente boa, muito boa mesmo. Ele tinha uma moagem de cana, engenho de madeira, rodando com cavalo, fazia muita rapadura, muito melado. Nessa época existia o carvão também, né, (...) tinha que derrubar a mata, fazia o carvão, vendia o carvão e plantava no lugar. Era difícil aquele que não plantasse. Aí ele tinha comprado de um vizinho um hectare de terra. Tinha cortado a madeira toda pra depois fazer carvão. Era meio de vida. Exército chegou na casa dele, acho que pegaram, não sei se pegou ou não, rapadura, usou dele, fez tudo quanto foi de bom pra ele, “o senhor pode fazer sua rapadura, pode fazer seu melado, criar seu porco. O senhor faz o seguinte: o senhor junta a lenha todinha que nós manda o carro vir puxar e botar pro senhor aqui”. Aí ele foi pra lá, juntou aquela lenha toda, fez 20, 30, um monte de lenha... Sabe o que o Exército fez? Veio com carro de gasolina, 200 litros, jogando 20 litros num, 20 no outro, meteu fogo e queimou tudo. Em vez de levar pro cara, fez amontoar pra ele queimar. O cara desgostou tanto que foi embora, abandonou o sítio com tudo.²⁰

Para além das violências cometidas, a presença do Exército também esteve associada ao auxílio dado a centenas de famílias que ficaram desabrigadas e perderam suas produções devido às fortes chuvas que ocorreram entre 1964

20 Entrevista de Sílvio (nome fictício), realizada por Fabrício Teló e Ricardo Braga Brito em Nova Ribeira, em 08 nov. 2014.

e 1965²¹. Por alguns meses, o Serviço de Engenharia do Exército trabalhou no local para retirar escombros, construir pontes, refazer estradas, prestar assistência e aplicar vacinas contra a malária, criando imagens positivas de auxílio e presença militarizada do Estado em momentos de dificuldade. Essa atuação dupla de repressão e assistência não se restringiu a esse momento e nem a essa região (Teló e Medeiros, 2018). Em abril de 1966, após a decretação do estado do Rio de Janeiro como área prioritária para reforma agrária²², de novas áreas de desapropriação a serem incluídas no PIC Papucaia²³ e após a devolução de parte expressiva da fazenda São José da Boa Morte aos antigos donos acusados de grilagem²⁴, foi criada a Comissão de Verificação e Regularização dos Núcleos Coloniais, prevista pelo Estatuto da Terra. Apesar desse nome, a Comissão ficou mais conhecida como Guarda Rural do Ibra²⁵, composta, sobretudo, por militares reformados, cuja função era controlar os imóveis rurais sob jurisdição do órgão, tendo entre as suas diretrizes de “ação saneadora” a autorização e legitimação de práticas de despejo²⁶. Em Cachoeiras de Macacu, essas ações ficaram associadas às figuras do Tenente Amaury e do General Saraiva, lembrados pelas violências cometidas (Brito, 2022).

A transformação do Núcleo em PIC implicava na transferência de lavradores de áreas desapropriadas que seriam descontinuadas. Segundo reportagens²⁷, cerca de 500 lavradores seriam levados para Papucaia e deveriam fazer cursos de Capacitação Empresarial para seguir à risca os planejamentos de produção e ocupação do solo do Ibra, lembrando o caráter formativo e pedagógico do Núcleo Colonial já sinalizado em 1952. Nos Núcleos de Duque de Caxias, São Bento, Capivari, Itaguaí e Macaé, além de Papucaia, como será apontado mais à frente,

21 Ver reportagens: “Enchentes destroem vilas e lavoura dando prejuízo de 250 milhões a E. do Rio”. *Jornal do Brasil* (RJ), 15 dez. 1964, p. 4, 1. cad.; “Água enfurecidas destruíram plantações e derrubaram casas em Papucaia: governo está atento”. *O Fluminense*, 07 jan. 1965, p. 1; “Balanço das enchentes com Ministro da Fazenda desde Ontem: Estado quer auxílio”. *O Fluminense*, 14 jan. 1965, p. 1.

22 Decreto n. 57.081, 15 out. 1965. Diário Oficial da União – Seção 1 – 22 out. 1965, p. 10827. Essa área foi estendida a parte dos estados de São Paulo e Minas Gerais pelos Decretos 58.716 e 58.717, ambos de 24 jun. 1966.

23 Decreto n. 58.161, 6 abr. 1966. Diário Oficial da União – Seção 1 – 13 abr. 1966, p. 3845. Instituiu a desapropriação das áreas de Vecchi, Quizanga, Conjunto Rural do Guapiaçu e as Glebas Sebastiana e Queiroz da Fazenda do Carmo, áreas que seriam incorporadas ao Núcleo Colonial de Papucaia.

24 Deliberação n. 68/65, 21 out. 1965. Ibra. Boletim de Serviço n. 24, ano 2, 25 jan. 1966. AN/PAR, Caixa 346, Pasta 1, p. 383.

25 Deliberação n. 12, 14 abr. 1966. Ibra. Boletim de Serviço n. 32, ano 2, 01 jun. 1966. AN/PAR, Caixa 346, Pasta 2, p. 25.

26 Deliberação n. 11-A, 07 abr. 1966. Ibra. Boletim de Serviço n. 33, ano 2, 10 jun. 1966. AN/PAR, Caixa 346, Pasta 2, p. 42.

27 IBRA convoca primeiros lavradores que vão morar no Núcleo de Papucaia. *Jornal do Brasil*, 14 abr. 1966, 1. cad., p. 7.

seriam denunciados os deslocamentos, os despejos que reverberavam atuações de grileiros e de grandes proprietários agora praticadas pelo Estado, o controle sobre a produção, as contínuas verificações e a militarização do Ibra²⁸. O General Saraiva esteve presente em todos esses núcleos e era defendido pelo então presidente do Ibra, Paulo de Assis Ribeiro²⁹. Para Ribeiro, o trabalho “antipático” de regularização das “invasões” continuaria a ser feito pelos militares reformados, “mais disciplinados” e que “não têm medo de enfrentar antipatias”, sendo “os únicos que têm coragem de aplicar a lei serenamente, nunca violentamente”, realizando o trabalho necessário para a reforma agrária³⁰. O caráter “sereno”, contudo, não foi capaz de ocultar os inúmeros casos de queima e destruição de casas e plantações. Para Ribeiro, as “atitudes firmes por parte das autoridades competentes”, como o ato de desalojar “os ocupantes sem condições de se tornarem parceiros”, eram tomadas como etapa e elemento essencial da atuação do Ibra.³¹

A presença contínua do Exército e da Guarda Rural, as desapropriações de 1966, a atuação e a lembrança do General Saraiva e Tenente Amaury e o comando do Instituto por militares apontam uma militarização da questão agrária (Martins, 1984) bastante precoce no estado do Rio de Janeiro. Parece fazer parte da *razia* promovida pelas Forças Armadas a intervenção contínua na região, incidindo sobre as formas de organização, as instituições, os imaginários e os modos de produção das populações trabalhadoras. Conforme sinalizado por Martins (1984), a militarização indica a tentativa de despolitizar a questão agrária e as organizações de populações camponesas, reduzindo a reforma agrária à uma questão técnica. A intensidade desse controle e seus mecanismos diversos incentivava um trocadilho que, ao menos para Papucaia, parece apropriado: em vez de Instituto Brasileiro, o Ibra poderia ser identificado como I Batalhão da Reforma Agrária.

Em Papucaia, observa-se, como apontarei no próximo tópico, uma continuidade de práticas de resistência que caracterizam a teimosia daqueles que

28 Ver reportagens: “IBRA despeja lavrador expondo seus filhos”. *Jornal do Brasil*, 30 nov. 1966, 1. cad., p. 11; “Lavradores ameaçam reagir à invasão do IBRA às suas casas”. *Jornal do Brasil*, 27 nov. 1966, 1. cad., p. 14; “IBRA ameaça agora lavradores de Capivari”. *Jornal do Brasil*, 02 dez. 1966, 1. cad., p. 11; “Landim defende mais de 100 no Est. do Rio”. *Jornal do Brasil*, 03 dez. 1966, 1. cad., p. 7.

29 Com formação em engenharia, Ribeiro foi um importante tecnocrata dos anos 1940/60, tendo participado ativamente das ações e formulações do Instituto de Pesquisa e Estudos Sociais (Ipes) e do Estatuto da Terra. Sobre sua atuação e importância para a política de colonização, ver Brito (2022).

30 “Presidente do IBRA diz que antipatia não o fará recuar”. *Jornal do Brasil*, 03 dez. 1966, 1. cad., p. 7.

31 “E.M. n. 35”. Documento assinado por Paulo de Assis Ribeiro e endereçado ao Marechal Humberto de Alencar Castelo Branco, presidente da República. Rio de Janeiro, GB, 20 ago. 1966. AN/PAR, Caixa 382, Pasta 1, pp. 66-69.

queriam se estabelecer naquelas terras, indicando uma cultura política de resistência centrada na luta pela libertação das terras das mãos dos grileiros e pelo estabelecimento de um projeto de reforma agrária na região (Brito, 2021). A teimosia desses camponeses pode ser vista em uma leitura à contrapelo do comentário do General Jaul Pires de Castro, diretor do Departamento de Recursos Fundiários do Ibra, durante uma reunião em maio de 1967. O momento era de denúncia contra as arbitrariedades da Guarda Rural; o general aponta ser “necessário que se procurasse, fora da área, outros parceiros, com maior nível intelectual e com capacidade empresarial”. O motivo provável era porque “os parceiros não querem ser cooperados”. A isso, o diretor do Departamento de Organização de Núcleos, Helcio Buck Silva, sugeriu que a Cooperativa fosse inicialmente gerida pela Administração do Projeto, a fim de conquistar a confiança dos parceiros³².

Dentro do próprio Ibra, havia outros meios de conquistar os parceiros, indicando que a política de colonização envolve não apenas o controle racional do território e dos usos e formas de apropriação da terra, mas também formas de conquistar as “mentes e corações” e integrar os parceiros aos projetos, como indicado pelas Ações Cívico-Sociais, além das formas de vigilância e repressão, presentes em Cachoeiras de Macacu (Teló, 2019). Essa integração abarca as ações de assistência e as relações de tutela estabelecidas, criando dependências pessoais com os agentes e as instituições do Estado, a fim de quebrar solidariedades horizontais internas ao grupo. A colonização é sempre, como apontou Bosi (1992), um processo de conquista e domínio de terras, gente e imaginários, sendo um elemento significativo do processo civilizatório, dado o empenho da política de colonização da ditadura em transformar lavradores e posseiros atrasados em classe média rural dotada de “espírito empresarial”, como expresso no Estatuto da Terra.

Antes de apontar as resistências possíveis empreendidas pelos lavradores, sinalizo para uma última atuação do Ibra na região o projeto do Condomínio Agropecuário de Marubaí, conhecido localmente como o “Condomínio dos 40”. Criado em 1968 e implementado em 1969 na Gleba Nova Ribeira, quarenta famílias foram escolhidas e assentadas nesse projeto, voltado para a agropecuária sob uma lógica cooperativista. O projeto foi pensado para implementar a “agricultura de grupo” (Arezzo, 1973), elaborada por um conjunto de técnicos atuantes do Ibra que buscavam, com os mecanismos legais disponíveis, viabilizar

32 “Ata da 132ª Reunião da Diretoria Plena do Instituto Brasileiro de Reforma Agrária, realizada no dia 12 de maio de 1967”. AN/PAR, Caixa 349, Pasta 2, pp. 387-389.

e realizar a reforma agrária com maior participação, organização e integração dos parceiros (Bruno, 2012). A realização desse projeto se deu em momento de crise do Ibra, que via sua verba diminuir a cada ano³³ e passava por uma intervenção interna³⁴, e já após o cancelamento total da desapropriação da São José da Boa Morte³⁵. Nesse momento, a agricultura de grupo buscou viabilizar um “condomínio horizontal”, com maior participação dos parceiros, a fim de diminuir as práticas paternalistas e individualizadas associadas ao instituto, propondo-se uma ação de caráter mais coletivo³⁶.

Apesar das intenções de incluir os parceiros na realização do projeto, o cotidiano da administração militarizada do Ibra evidenciou o que o ex-presidente do STR de Itaboraí indicou como “filosofia” do Estado para a questão agrária. Em Macacu, município com “tradição de luta pela terra”, o governo atuou com duas intenções: “a primeira era amortecer os ânimos de luta. A segunda era desarticular tudo”³⁷. Ao desarticular os camponeses, o Ibra, e depois o INCRA³⁸, atuavam regulando a produção e a vida comunitária dos parceiros. Marcelo, um dos 40 parceiros do Condomínio, lembra que a maioria foi escolhida “a laço”, sem preparação prévia e sem trabalhadores acostumado com a pecuária³⁹. Além disso, tanto Sílvio⁴⁰ quanto o então presidente do STR de Cachoeiras de Macacu, João de Jesus Pereira⁴¹, lembram que esse foi um período de muitas

33 Julian Magalhães Chacel. “Impasse na Reforma Agrária brasileira”. *Correio da Manhã*, 29 ago. 1968, Caderno Econômico, p. 5.

34 “Relatório das Atividades da Interventoria no período de 23 de julho a 31 de dezembro de 1968”. Ibra. Boletim de Serviço, n. 206, ano 4, 31 dez. 1968. AN/PAR, Caixa 287, Pasta 4, pp. 1-120.

35 Ainda em 1965, iniciaram-se acordos entre os principais proprietários da região e o Estado para acordar e autorizar a exclusão de áreas desapropriadas da Fazenda São José da Boa Morte. Em 1967, o Decreto 60.807 excluiu outra parte significativa da desapropriação, reduzindo-a; em 1974, em acordo firmado entre o INCRA e o proprietário da Agrobrasil, mas sem participação do STR, excluiu-se da ação de reforma agrária o restante da Fazenda. Ver: INCRA. “Processo de desapropriação da Agrobrasil Empreendimentos Rurais S/A e outros”; 4. Volume, p. 925. MEMO/SR(07)/J/n. 541/2000. Código 77.409. Número de Identificação: 54180.000936/00-44; 936/2000; 6 Volumes.

36 Dryden de Castro Arezzo, em entrevista concedida a Joaquim Soriano em 24 ago. 1982 para a pesquisa “Sindicalismo Rural no Estado do Rio de Janeiro”. Acervo NMSPP. MSPP/en.GP.mp3.dd.

37 Entrevista de Raimundo Leoni dos Santos, concedida a Leonilde Medeiros e Joaquim Soriano em 25 maio 1982. Acervo NMSPP. MSPP/en.LST.res.

38 Iniciado em 1969, pouco antes do Ibra ser desarticulado e se iniciar a atuação do INCRA, é comum que as memórias sobre o Condomínio dos 40 misturem o tempo de ambos os institutos. Sinalizo os dois aqui a fim de apontar semelhanças na atuação e interpretação da área.

39 Entrevista de Marcelo (nome fictício), realizada por Fabrício Teló e Ricardo Braga Brito em Marubá, em 08 nov. 2014.

40 Entrevista de Sílvio (nome fictício), realizada Fabrício Teló e Ricardo Braga Brito em Nova Ribeira, em 08 nov. 2014.

41 Entrevista com João de Jesus Pereira realizada por Joaquim Soriano em 18 jun. 1982. Acervo NMSPP. MSPP/en.LST.trans.jjp.

expulsões e novo deslocamento de lavradores, tirando-os de Marubaí para levar a outras áreas.

O deslocamento forçado, bem como as lembranças do trabalho e da forma de uso da terra “sob a ordem deles, do INCRA”, como indicou João de Jesus, marcam a memória do Condomínio, que logo passaria a ser criticado. A efetiva autonomia dos parceiros sob suas roças e casas se tornaria uma demanda do STR, conquistada em 1977. O período, contudo, é atravessado por memórias distintas, sendo comum a lembrança do Ibra/INCRA tanto pelas violências cometidas quanto pela assistência promovida, como expressou Marcelo ao dizer que o INCRA “foi uma mãe pra gente”, dando casa, comida, ferramentas, transporte e área para trabalhar. Faltava, contudo, trabalho de conscientização e efetiva participação dos parceiros, como apontado por esses entrevistados e por Arezzo⁴².

Resistência teimosa e cotidiana contra a “peste amarela”

Em meio ao clima de repressão e controle, pode-se observar a rearticulação oculta da resistência (Scott, 1990). Com base em jornais e entrevistas, é possível ver indícios da articulação de camponeses com o padre Antônio Carvalho, organizador do Círculo Operário do município e declaradamente anticomunista, mas que, frente às violências promovidas pelo Ibra, realizou denúncias públicas, sendo inclusive preso e vigiado pelo regime militar (Teló e Medeiros, 2018). Apesar de nomear o padre Carvalho, e ser preciso apontar o padre Gerson da Conceição, responsável por tentar formar uma guerrilha rural na localidade, sendo por isso preso e torturado (Teló, 2019), indico a continuidade da cultura política de resistência que persistia nessas áreas. Os camponeses ainda demandavam a “terra livre”, como sinalizaram em suas ocupações de 1961 e 1963, e souberam criar relações com figuras públicas de maior resistência e envergadura contra um regime que havia prendido e torturado tantos dos seus.

A relação com o padre Antônio Carvalho é, portanto, significativa. Ele fora diretor do Plano de Ação Agrária⁴³ na gestão de Roberto Silveira (PTB), assessor da Federação dos Círculos Operários do estado do Rio de Janeiro e, após o golpe de 1964, fora um dos responsáveis pela nomeação da Junta Governativa

42 Dryden de Castro Arezzo, entrevista concedida a Joaquim Soriano em 24 ago. 1982 para a pesquisa *Sindicalismo Rural no Estado do Rio de Janeiro*. Acervo MSPP/en.GP.mp3.dd.

43 Trata-se do Plano de Colonização e Aproveitamento de Terras Devolutas (Decreto n. 6.682/59), que previa a venda de lotes de 10 a 15 hectares aos lavradores, criados pela aquisição, por compra ou desapropriação, de fazendas em litígio ou em áreas a serem previamente delimitadas, oferecendo assistência técnica, fornecimento de sementes e adubos e facilitação na aquisição de máquinas e implementos agrícolas (Medeiros, 2018: 65). Conforme expresso no próprio nome do Plano, o foco da ação se daria em terras públicas.

na Federação dos Trabalhadores da Agricultura do estado do Rio de Janeiro (Fetag/RJ). Em Macacu, Carvalho mantinha uma atuação expressiva junto aos camponeses, que se intensificou em 1966. Apesar das proximidades pessoais e ideológicas com o regime militar, padre Carvalho declarou que “em Papucaia na Fazenda do Núcleo Colonial, onde o IBRA tenta fazer Reforma Agrária, o clima é de verdadeiro terror”, denunciando queima de casas, ameaças de despejo e destruição de lavouras cometidas sob o comando do General Saraiva. Além das violências diretas, Carvalho denunciou as intenções de substituir os camponeses nascidos na região por “colonos mais capazes” e aponta que essas ações teriam como consequência a criação de “comunistas no campo”.⁴⁴

Carvalho estava em Nova Ribeira, entrevistando lavradores ameaçados e fazendo um levantamento dos despejos de 600 famílias de lavradores quando foi preso pela Guarda Rural, sob a acusação de que “liderava um movimento de subversão entre os camponeses que ocuparam terras do INDA (*sic*) e estão sendo expulsos pela autarquia”⁴⁵. Sua prisão seria apontada como absurda pelo presidente do Serviço Nacional de Informações (SNI), General Golbery do Couto e Silva (Teló e Medeiros, 2018). Carvalho lembrou de sua ação no Plano de Ação Agrária, que, segundo ele, fora capaz de “dificultar a infiltração dos comunistas nos meios agrícolas, àquela época conturbados”⁴⁶. Apesar dessa “virtude”, sua participação no Plano não era bem-vista pelos militares, que desconfiavam de sua presença em comícios camponeses e sua cooperação na fundação de sindicatos, considerando-o um “dos principais responsáveis pela agitação e invasão de fazendas na Baixada Fluminense, à época do Governo de João Goulart e um dos articuladores e financiadores do comício da central”⁴⁷.

Apesar dessas indicações, foram as denúncias de Carvalho entre 1966 e 1967 que o levaram a sofrer com maiores vigilâncias e acusações. Após ser solto da prisão, Carvalho continuou a denunciar a militarização do Ibra. Nesses mesmos anos, outras reportagens tornaram públicas as violações cometidas pela Guarda Rural. Nessas reportagens citadas anteriormente, podemos ver a reação de lavradores às invasões do Ibra, recusando-se a abandonar as terras onde já tinham se estabelecido. As denúncias públicas e o acionamento de defesas jurídicas parecem ter sido as principais formas de defesa e ação desses lavradores,

44 “IBRA faz reforma agrária no RJ impondo o terror”. *Tribuna da Imprensa*, 10 out. 1966, p. 7.

45 “Padre preso no E. do Rio por oficiais do Exército”. *Jornal do Brasil*, 21 dez. 1966, 1. cad., p. 11.

46 “Padre afirma que foi preso ao tentar impedir despejo dos lavradores pelo IBRA”. *Jornal do Brasil*, 25 dez. 1966, 1. cad., p. 16.

47 “Dossiê sobre as atividades do Padre Antônio da Costa Carvalho”. SNI. Informação n. 52/116/ARJ/80. AN – Fundo SNI.

práticas de resistência e articulação que caracterizaram as ações do PCB nas associações de lavradores e sindicatos (Medeiros, 2014), presentes em Cachoeiras de Macacu desde, pelo menos, os anos 1950. Em Papucaia, além dessas medidas, os lavradores recorreram e criaram relações junto aos padres Carvalho e Gerson. A continuidade dessas formas de atuação dá indícios de formas de resistência cotidiana em um contexto de repressão às formas organizadas de ação.

A ausência de reportagens de novos conflitos não deixa de indicar o clima de vigilância e cotidiano militarizado. Após a entrega de títulos definitivos de posse e de novos contratos a serem firmados, a polícia vigiou e tentou impedir uma comemoração de 1º de maio em 1967 organizada pelos padres Carvalho e Gerson em Areia Branca, região onde Carvalho possuía um centro de formação de lideranças rurais⁴⁸. A polícia sinalizava para o perigo da festividade com lavradores “armados” de foices e enxadas. Carvalho dizia que os instrumentos seriam abençoados em uma Grande Festa de São José Trabalhador, com mais de mil lavradores de diversas localidades de Macacu. Em entrevista de Gerson para Fabrício Teló e Leonilde Medeiros, há um relato da comemoração:

[Falei]: “Padre Carvalho, vamos fazer o 1º de maio? Em Papucaia eu não posso fazer, em Japuíba, não posso fazer. Você que é amigos dos homens, vamos fazer em Areia Branca?” E ele: “Topo”. Rapaz! Nós fizemos uma procissão de Papucaia – da Igreja de Papucaia – até Areia Branca. De ferramentas, com foice, enxada. (...) Quando nós chegamos em Areia Branca, a gente começou a encontrar um pessoal diferente, à paisana [infiltrados da comunidade de informações]. Só circulava. E a gente deu um viva a São José Operário [falando] “Levanta a foice!” E houve um companheiro que não aguentou, trepou num caixote e [gritou]: “A gente não tem vergonha de mostrar as nossas armas! Que as nossas armas são instrumentos do nosso trabalho! Pior são esses aí, que estão rondando a gente, que esconde a arma debaixo da camisa!” Provocação lascada. E eles não atacaram (Teló, 2019: 106; colchetes incluídos no original).

O elevado número de lavradores mobilizados em uma tradicional comemoração dos trabalhadores, muitos dos quais “não quer[iam] ser cooperados”⁴⁹ frente às práticas de repressão e despejo promovidas pelo Ibra, bem como a fala atribuída a um lavrador dão indícios da continuidade de uma resistência mais capilarizada e cotidiana que emergiu nesse momento. Após a comemoração, os

48 “Lavradores fluminenses comemoram 1º de Maio vigiados pela Polícia”. *Luta Democrática*, 03 maio 1967, p. 2.

49 “Ata da 132ª Reunião da Diretoria Plena do Instituto Brasileiro de Reforma Agrária, realizada no dia 12 de maio de 1967”. AN/PAR, Caixa 349, Pasta 2, pp. 387-389.

lavradores e moradores redigiram um documento, assinado por padre Carvalho, manifestando seu descontentamento e insatisfação com as violências, reivindicando a substituição do policiamento contínuo, da força, da coerção e dos administradores do Núcleo. O documento foi enviado ao jornal *Luta Democrática*:

Excelentíssimo senhor Marechal Artur da Costa e Silva. DD Presidente da República do Brasil.

Nós lavradores e moradores do Núcleo da Papucaia, município de Cachoeiras de Macacu – RJ – reunidos no dia 1º de maio em Areia Branca, numa concentração de lavradores, a resolvemos vir à presença de Vossa Excelência, manifestar o nosso DESCONTENTAMENTO E INSATISFAÇÃO GERAL, pelo abandono em que nos encontramos, dada a falta de compreensão dos verdadeiros anseios e necessidades dos lavradores, por parte dos atuais administradores de núcleos e demais responsáveis por este setor, no Instituto Brasileiro de Reforma Agrária, principalmente pela assistência e a orientação técnica, quer social, quer econômica.

Muito nos entusiasmos o pronunciamento de Vossa Excelência, na comemoração do dia 1º de maio, demonstrando, claramente, a perspectiva humana que imprimirá em vosso governo na preocupação de vir ao nosso encontro das classes assalariadas e menos favorecidas, propiciando, meios para o verdadeiro respeito à dignidade do homem e à procura da verdadeira humanização do povo brasileiro.

Os lavradores dos núcleos estatais (sic) e os demais companheiros de todo o País muito esperam de vosso governo, neste setor de grande importância da nossa economia.

Por esses motivos, senhor Presidente, é que tomamos a liberdade de vir à presença de Vossa Excelência, reivindicar modificações necessárias, em relação: - aos critérios estabelecidos pelo IBRA, para que a obtenção dos títulos definitivos dos lotes, por considerarmos totalmente inadequados à realidade que vivemos; - ao favorecimento do diálogo em situações que dizem respeito a nós e à nossa família, substituindo o policiamento, a força e a coação, por um trabalho técnico-educativo e principalmente humano.

As mudanças que se processarem após o julgamento de Vossa Excelência, temos certeza, trará melhores condições às nossas famílias, criando em nosso meio, que no momento é inexistente dada a força desagradadora⁵⁰ dos atuais administradores de nossos núcleos.

50 Possivelmente “desagradadora”, ou mesmo um neologismo derivado de “desagrado”.

DEUS GUARDE VOSSA EXCELÊNCIA.

(a) padre Antônio da Costa Carvalho, presidente do Círculo Operário Cristão de Papucaia.

(“Padre e lavradores denunciam violências do IBRA em Papucaia”. *Luta Democrática*, 07 jun. 1967, p. 5).

A Carta mobiliza termos e elementos do discurso de Costa e Silva (1983), em que o então presidente ressaltava a necessidade de dar assistência, de garantir bem-estar social, unificação do capital e trabalho e alívio da pobreza aos trabalhadores. Pouco tempo depois, Carvalho enviou ao Ministério da Agricultura um relatório com denúncias às ações violentas e arbitrárias da Guarda Rural, identificando-a como “peste amarela da reforma agrária”⁵¹. A identificação era ao mesmo tempo irônica e crítica, indicando nos uniformes cáqui a realização de uma contrarreforma, além de lembrar o histórico de mortes de febre amarela e malária vividos na região (Brito, 2018), podendo ser sinalizada como uma forma de resistência cotidiana que socializava nos espaços possíveis dos discursos ocultos um conjunto de críticas e valores compartilhados (Scott, 1990). Carvalho denunciava as experiências de reforma agrária que transformavam os lavradores em “cobaiais” e os levavam ao “desespero-pânico”, podendo resultar no desaparecimento do campesinato.

A assinatura de Carvalho não deve, contudo, ocultar a presença da tradição de luta e organização de lavradores em Macacu. Em trabalho anterior (Brito, 2021), aponte para uma possível forma de resistência cotidiana desses camponeses que, em meio às violações e repressão que impediam sua atuação e organização públicas, utilizavam-se de figuras e instituições de maior prestígio para vocalizar suas demandas e insatisfações. Não se trata de camponeses manipulados por lideranças subversivas, ótica presente na visão dos militares e tecnocratas do regime⁵². Nesse caso, um padre declaradamente anticomunista foi preso e vigiado pelos militares que havia apoiado, e a própria frustração de Carvalho com o governo militar deve ser vista junto das possíveis ações de lavradores, que, em seus momentos coletivos, como as missas, as festas e os eventos cotidianos, encontravam espaço para socializar as indignações e construir uma narrativa de injustiça que demarcava as causas do sofrimento e das humilhações vividas nos despejos e violências cometidas pelo Estado. Entre os

51 “Padre faz relatório para mostrar ‘peste amarela da reforma agrária’ do IBRA”. *Jornal do Brasil*, 16 jun. 1967, 1. cad., p. 16.

52 Essa narrativa pode ser encontrada no Inquérito Policial Militar do Processo 7.477/69 que investigou e acusou os responsáveis pela ocupação da São José da Boa Morte de 1963. Ver Brito (2018).

espaços de discurso oculto possível (Scott, 1990), a religião e a Igreja Católica assumem um papel fundamental no município, podendo-se contar ao menos três padres que, por diferentes caminhos e inclinações ideológicas, envolveram-se com os lavradores, suas organizações e reivindicações: o padre Carvalho, via atuação nos Círculos Operários e presença no município (Teló e Medeiros, 2018); o padre Gerson e a tentativa de organização de um grupo de luta armada em Nova Ribeira (Teló, 2019); e o padre Joaquim via Comissão Pastoral da Terra e sua participação na oposição sindical e na ocupação da São José da Boa Morte de 1979 e 1980 (Brito, 2021).

Apesar das poucas informações e relatos sobre o período, a presença de inúmeros lavradores que participaram dessas mobilizações e formas de ação coletiva não pode ser ignorada, devendo-se levar em consideração a teimosia característica desses atores que decidiram, por tantas vezes, ocupar e demandar a efetivação da reforma agrária capaz de viabilizar sua reprodução social e material nessa área. O caráter *teimoso* dessa resistência indica sua presença e persistência em momentos de repressão, desmobilização e controle das formas possíveis de organização dos trabalhadores, permitindo a análise dos indícios das práticas e representações dos trabalhadores rurais que mantiveram vivo o desejo de tornar a terra livre dos grileiros e se fixarem nelas.

Considerações finais

Apesar das denúncias terem sido capazes de afastar o General Saraiva, a resposta estatal nos anos seguintes foi trágica. Devido à tentativa de formação de um núcleo de guerrilha rural, a presença do Exército na região se acentuou e se tornou mais repressiva, podendo-se destacar não só a prisão e tortura de Gerson, como o assassinato de Sebastião Gomes dos Santos, lavrador envolvido nessa tentativa, em 1969⁵³, e a perseguição de lavradores pelo regime militar (Teló, 2019). Nesse momento, o Exército realizou em Macacu duas operações de treinamento antiguerrilha, mobilizando efetivos e voluntários na região, além de demonstrar publicamente a capacidade militar. Também data desse mesmo período a formação do Condomínio dos 40, indicando mais uma vez

53 Não é possível avançar nesse caso. Contudo, no final dos anos 1960, o padre Gerson da Conceição, então pároco de Santana de Japuiba, distrito de Cachoeiras de Macacu, tentou dar início à formação de um grupo de guerrilha rural após seu contato com lavradores de Papucaia, sobretudo de Nova Ribeira. A iniciativa foi descoberta pelo SNI e Exército, que promoveram o assassinato de Sebastião e a perseguição e prisão de Gerson e outros lavradores entre 1969 e 1971. O caso foi trabalhado por Teló (2019), e o nome de Sebastião Gomes dos Santos foi incluído na lista de mortos e desaparecidos políticos identificados pela Comissão Nacional da Verdade (Brasil, 2014: 306-310).

a complementariedade das ações repressiva e assistencial nas formas estatais de intervenção.

Após a formação do INCRA, a área prioritária de reforma agrária do Rio de Janeiro recebe menos importância e menos esforços na atuação do Estado, que realiza, como apontado por Silva (1971: 258), uma nova “guinada colonial” orientada para a ocupação e a integração econômica e social da Amazônia Legal. A ação compartilha alguns dos sentidos da política de colonização apresentados aqui desde o Rio de Janeiro: trata-se de ocupar e fixar populações, controlando seus fluxos migratórios e suas formas de organização e produção, em espaços de preocupação estratégica para a segurança nacional. Além disso, a colonização atua de modo a constituir um campesinato fundado e vinculado na pequena produção familiar, desmobilizando e desfazendo outras formas de uso e posse da terra e de relações de trabalho. Por fim, a política de colonização se volta para a expansão e a integração dos mercados de terra, trabalho, produção e consumo. Há diferenças significativas entre a política de colonização do Rio de Janeiro e da Amazônia Legal. Porém, são relevantes as semelhanças que indicam uma lógica própria da intervenção do Estado sobre territórios e populações potencialmente insubmissas que devem ser controladas e orientadas de modo racional e planejado.

O PIC Papucaia apresentou um formato de controle contínuo sobre uma população que, após o expurgo dos inimigos internos e da ameaça comunista, deveria ser transformada em classe média rural, dotada de espírito empresarial e capacidade de produção com técnicas modernas. Para isso, foram criadas as cooperativas e as assistências técnica, creditícia, sanitária e educacional. Previa-se, portanto, a formatação prévia das formas de organização e atuação dos parceiros, indicando o caráter autocrático do Estado em suas formas de intervenção (Brito, 2022). Contudo, o resultado geral da colonização em Cachoeiras de Macacu até 1979 foi um processo acentuado de titulação das terras, especulação imobiliária, abandono do Estado da região e avanço da grilagem e da expropriação de terras por parte de grandes proprietários.

Em Macacu, os anos 1980 já sinalizavam uma nova dinâmica produtiva que não deixa de apresentar continuidades com as décadas anteriores: vivendo lado a lado, estão pequenos proprietários familiares do Assentamento São José da Boa Morte, conquistado em 1981, produzindo alimentos diversos para os mercados locais, e o avanço de projetos imobiliários para construção de casas de veraneio, chácaras de turismo e criações de cavalos de raça e de gado, projetos que tendem a cercar importantes porções de áreas rurais, levando à inviabilização da produção e permanência na terra de grupos camponeses. Essa disputa entre áreas de pequena produção e grandes propriedades, formadas por inúmeros

processos de expropriação, representa não só o passado que motivou as ocupações dos anos 1960-80, como também a atual dinâmica de valorização fundiária vivida pelo município nas primeiras décadas do Século XXI (INCRA, 2017).

A reprodução dessas situações de conflito encontrou uma população que não parou de se mobilizar e demandar a reforma agrária, exigindo a fixação no território demandado, a participação das organizações de trabalhadores em todos os processos de realização da política e a realização de projetos e assistências que viabilizassem a continuidade no campo (Brito, 2021). Apesar das exigências dos movimentos camponeses pela realização da reforma agrária ampla, imediata, massiva e popular, viu-se a continuidade de atuações pontuais e muitas com deslocamentos das populações, elementos característicos da colonização e que reproduzem a sua lógica. Desse modo, não foi dada uma resolução aos problemas estruturais de uso e posse da terra que caracterizam a estrutura desigual de acesso à terra no Brasil, fonte de desigualdades de poder, econômicas e sociais (Medeiros, 2014).

A política de colonização, conforme apontado com base no caso estudado, reproduz as situações que a tornam “necessária”. As contradições geradas pelas formas de expropriação e monopólio da terra e da exploração do trabalho não são resolvidas efetivamente pela colonização, que frequentemente atua como uma contrarreforma agrária (Ianni, 1979). Contudo, por ser parte da experiência formativa do campesinato brasileiro, a política de colonização tem peso na conformação de expectativas e frustrações que podem ser mobilizadas por camponeses em suas ações e formas de organização. No centro das reivindicações de trabalhadores rurais em Macacu, nos anos 1960 e 1980, havia o desejo de ter as terras destinadas a eles, efetivamente prometidas ou imaginadas. O desejo por essas terras foi transformado em demanda e em elemento de identidade coletiva que mobilizou ocupações, passeatas e mobilizações diversas. Desse modo, busquei apontar, para além do caráter de uma *contrarreforma*, o que foi feito e como se fizeram os atores sociais que participaram da política de colonização.

Referências

- AREZZO, Dryden Castro de. Agricultura de grupos: um modelo para criação de novos empregos e incorporação de tecnologia. *Boletim da Associação Brasileira de Reforma Agrária*. Brasília, ano 3, n. 2-4, mar./abr. 1973.
- BRITO, Ricardo Braga. “Luta-se pela terra livre”: resistência e luta pela terra em Cachoeiras de Macacu, Rio de Janeiro. Dissertação de Mestrado, Ciências Sociais, UFRRJ, 2018.

- BRITO, Ricardo Braga. Reconquista da terra: resistência e organização de camponeses ao final da ditadura empresarial-militar. *Estudos Sociedade e Agricultura*. Rio de Janeiro, v. 29, n. 2, jun.-set. 2021, pp. 332-354.
- BRITO, Ricardo Braga. Controle da terra e das populações: a política de colonização da ditadura empresarial-militar. Tese de Doutorado, Ciências Sociais, UFRJ, 2022.
- BRASIL. Comissão Nacional da Verdade. *Relatório, vol. III: Mortos e desaparecidos políticos*. Brasília, CNV, 2014.
- BOSI, Alfredo. *Dialética da Colonização*. São Paulo, Companhia das Letras, 1992.
- BOURDIEU, Pierre. *A miséria do mundo*. Petrópolis, Vozes, 2008.
- BRUNO, Regina. Guardiões da Reforma Agrária: servidores públicos e técnicos em defesa de uma Reforma Agrária durante a Ditadura Militar no Brasil. *Tempos Históricos*, Marechal Cândido Rondon, v. 16, 2. sem., 2012, pp. 71-97.
- CARNEIRO, Maria José Teixeira; LATINI, Juliana Lopes; COELHO, Thais Danton; PEDREIRA, Bernadete da C. C. Gomes; FIDALGO, Elaine Cristina Cardoso e PRADO, Rachel Bardy. *Histórico do Processo de Ocupação das Bacias Hidrográficas dos Rios Guapi-Macacu e Caceribu*. Rio de Janeiro, Embrapa Solos, 2012.
- CARVALHO, José Murilo de. *A formação das almas: o imaginário da República no Brasil*. São Paulo, Companhia das Letras, 1990.
- COSTA, Ana Maria Almeida da; RIBEIRO, Ana Maria Motta; NEVES, Delma Pessanha; TELÓ, Fabrício; MEDEIROS, Leonilde Servolo de; ALENTEJANO, Paulo e BRITO, Ricardo Braga. *Projeto de Extensão Memórias da Luta pela Terra no Rio de Janeiro. Edição Campos dos Goytacazes*. Rio de Janeiro, [s. n.], 2020.
- COSTA E SILVA, Artur. Ordem social mais justa e de respeito aos direitos do homem. In: COSTA E SILVA, Artur. *Pronunciamentos do presidente: discursos, mensagens e entrevistas*. Tomo I. Brasília, Presidência da República, 1983.
- DREIFUSS, René Armand. *1964: A conquista do Estado – Ação política, poder e golpe de classe*. Petrópolis, Vozes, 1981.
- ELIAS, Norbert. *O processo civilizador: Formação do Estado e Civilização*. v. 2. Rio de Janeiro, Zahar, 1993.
- FERNANDES, Florestan. *A revolução burguesa no Brasil: ensaio de interpretação sociológica*. Curitiba, Kottter Editorial; São Paulo, Editora Contracorrente, 2020.
- FERREIRA, Andrey Cordeiro. *Tutela e Resistência Indígena: Etnografia e História das Relações de Poder entre os Terena e o Estado Brasileiro*. São Paulo, Editora da USP, 2013.
- GINZBURG, Carlo. Sinais. Raízes de um paradigma indiciário. In: GINZBURG, Carlo. *Mitos, Emblemas, Sinais: Morfologia e história*. São Paulo, Companhia das Letras, 1989.
- GRYNSZPAN, Mario. Mobilização camponesa e competição política no estado do Rio de Janeiro (1950-1964). Dissertação de Mestrado, Antropologia, UFRJ, 1987.

- IANNI, Octavio. *Colonização e contra-reforma agrária na Amazônia*. Petrópolis, Rio de Janeiro, 1979.
- INCRA. Superintendência Regional no Estado do Rio de Janeiro – SR(07). Divisão de Obtenção de Terras. *Relatório de Análise de Mercados de Terras na Zona Homogênea Metropolitana*. Rio de Janeiro, 2017.
- LAMOUNIER, Bolivar. Formação de um pensamento político autoritário na Primeira República: uma interpretação. In: FAUSTO, Boris. (org.). *O Brasil Republicano: Sociedade e Instituições (1889-1930)*. História Geral da Civilização Brasileira. Tomo III. v. 9. 8. ed. Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 2006.
- MARTINS, José de Souza. *A militarização da questão agrária no Brasil – Terra e poder: o problema da terra na crise política*. Petrópolis, Vozes, 1984.
- MEDEIROS, Leonilde Servolo de. Trabalhadores do campo, luta pela terra e o regime civil-militar. In: PINHEIRO, Milton (org.). *Ditadura: o que resta da transição*. São Paulo, Boitempo, 2014.
- MEDEIROS, Leonilde Servolo de. Transformações nas áreas rurais, disputa por terra e conflitos sociais no estado do Rio de Janeiro (1946-1988). In: MEDEIROS, Leonilde Servolo de (org.). *Ditadura, conflito e repressão no campo: resistência camponesa no estado do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro, Consequência, 2018.
- NEVES, Delma Pessanha. Getúlio Vargas e os muitos oestes brasileiros: colônias agrícolas no estado do Rio de Janeiro. In: MARIN, Joel Orlando Bevilacqua e NEVES, Delma Pessanha (orgs.). *Campesinato e Marcha para Oeste*. Santa Maria, Editora da UFSM, 2013.
- NEVES, Delma Pessanha. Possesores e comunistas: reparações diferenciais de direitos humanos. In: MEDEIROS, Leonilde Servolo de (org.). *Ditadura, conflito e repressão no campo: a resistência camponesa no estado do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro, Consequência, 2018.
- SAFFIOTI, Heleieth. Violência de gênero: o lugar da práxis na construção da subjetividade. In: HOLLANDA, Heloísa Buarque de (org.). *Pensamento feminista brasileiro: formação e contexto*. Rio de Janeiro, Bazar do Tempo, 2019.
- SANTOS, José Vicente Tavares dos. Colonização em Novas Terras: a Continuidade de uma Forma de Dominação, do Estado Novo à Nova República. *Reforma Agrária: Dossiê Estatuto da Terra: 30 anos, Boletim da Associação Brasileira de Reforma Agrária*. Brasília, v. 25, n. 1, jan.-abr. 1995.
- SCOTT, James. *Domination and the arts of resistance: hidden transcripts*. New Haven/London, Yale University Press, 1990.
- SCOTT, James. Formas cotidianas da resistência camponesa. *Raízes*. Campina Grande, v. 21, n. 1, jan.-jun. 2002.

SEYFERTH, Giralda. Colonização, imigração e a questão racial no Brasil. *Revista USP*. São Paulo, n. 53, mar./maio 2002, pp. 117-149.

SILVA, José Gomes da. *A Reforma Agrária no Brasil: frustração camponesa ou instrumento de desenvolvimento?*. Rio de Janeiro, Zahar Editores, 1971.

SOUZA LIMA, Antonio Carlos de. *Um grande cerco de paz: poder tutelar, indianidade e formação do Estado no Brasil*. Petrópolis, Vozes, 1995.

TELÓ, Fabrício. *Organizações armadas e camponeses: comunicação, emoções e engajamento político (1968-1975)*. Tese de Doutorado, Ciências Sociais, UFRRJ, 2019.

TELÓ, Fabrício e MEDEIROS, Leonilde Servolo de. Violência e poder do Estado nos momentos iniciais do regime militar: a ação da Guarda Rural do IBRA. In: SALES, Jean Rodrigues; MORAES, Luís Edmundo de Souza; BRETAS, Marcos Luiz e SÓTENOS, Abner Francisco (orgs.). *O testemunho como janela: movimentos sociais e repressão durante a ditadura militar no Brasil*. Rio de Janeiro, Editora Lamparina, 2018.

Recebido em: 30/06/2022

Aprovado em: 06/09/2023

Como citar este artigo:

BRITO, Ricardo Braga. Após a ocupação, a razia: implantação e resistência no Projeto Integrado de Colonização Papuaia/RJ (1964-1970). *Contemporânea – Revista de Sociologia da UFSCar*, v. 13, n. 3, set. - dez. 2023, pp. 883-910.